

Conglomerado
Prudencial HS
Financeira S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro
de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores
HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e por regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritas na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela Administração da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado Prudencial. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Financeira para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Porto Alegre, 18 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativo				Passivo			
Disponibilidades		339	1.385	Depósitos		<u>2</u>	<u>-</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	69.124	73.721	Depósitos		2	-
Títulos e valores mobiliários	5	42.022	26.819	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	<u>27.497</u>	<u>27.410</u>
Operações de crédito	6	120.253	103.055	Recursos de aceites cambiais		27.497	27.410
Operações de crédito setor privado		135.053	115.292	Outras obrigações		<u>57.224</u>	<u>50.781</u>
Provisão p/ oper. Créd. liquid. duvidosa		(14.800)	(12.237)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		121	140
				Sociais e estatutárias		5.211	716
				Fiscais e previdenciárias		5.398	3.375
				Comissões a pagar		3.403	2.769
Outros créditos		<u>43.676</u>	<u>43.244</u>	Diversas	10	<u>43.091</u>	<u>43.781</u>
Adiantamentos diversos		2.772	1.807	Total do passivo circulante		<u>84.723</u>	<u>78.191</u>
Devedores p/ depósito garantia		-	-	Exigível a longo prazo		<u>76.917</u>	<u>72.300</u>
Impostos e contr. a compensar	7	344	344	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	70.486	66.677
Títulos e créditos a receber	6	43.920	43.182	Recursos de aceites cambiais		70.486	66.677
Provisão p/ outros créditos	6	(5.663)	(4.350)	Outras obrigações			
Devedores diversos		2.303	2.261	Provisão para contingências	11	564	1.273
Despesas antecipadas		<u>440</u>	<u>153</u>	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.770	2.687
Despesas antecipadas		440	153	Diversas	10	3.097	1.663
Total do ativo circulante		<u>275.854</u>	<u>248.377</u>	Patrimônio líquido		<u>125.150</u>	<u>106.064</u>
Realizável a longo prazo		<u>10.104</u>	<u>7.363</u>	Capital social	14	67.000	67.000
Operações de crédito	6	3.853	2.348	De domiciliados no País		67.000	67.000
Operações de crédito setor privado		4.195	2.381	Reservas de lucros		<u>9.750</u>	<u>7.225</u>
Provisão p/ oper. créd. liquid. duvidosa		(342)	(33)	Reserva legal		3.180	3.054
Outros créditos	6	3.099	1.932	Reservas estatutárias		6.570	4.171
Títulos e créditos a receber		3.117	1.942	Participação de não controladores		<u>48.400</u>	<u>31.839</u>
Provisão para outros créditos		(18)	(10)				
Devedores diversos		105	-				
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.770	2.687				
Devedores p/ depósito garantia		277	396				
Permanente		<u>832</u>	<u>815</u>				
Imobilizado de uso		736	713				
Imobilizações de uso		1.423	1.227				
(Depreciações acumuladas)		(687)	(514)				
Intangível		96	102				
Intangível		194	166				
Amortização acumulada		(98)	(64)				
Total do ativo não circulante		<u>10.936</u>	<u>8.178</u>				
Total do ativo		<u>286.790</u>	<u>256.555</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>286.790</u>	<u>256.555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017 2º Semestre	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		33.599	67.989	65.907
Operações de crédito	15	29.177	57.811	55.681
Rendimentos de aplicação interfinanceira de liquidez		3.115	7.437	9.457
Resultado de TVM		1.307	2.741	769
Despesas da intermediação financeira		(18.453)	(34.554)	(32.934)
Operações de captação no mercado		(4.378)	(10.318)	(11.573)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.075)	(24.236)	(21.361)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.146	33.435	32.973
Outras receitas/despesas operacionais		1.543	5.347	1.675
Rendas de prestação de serviços	16	2.013	3.872	2.717
Rendas de taxas administrativas de consórcios		52.005	96.670	73.640
Despesas de pessoal		(9.113)	(16.998)	(15.731)
Outras despesas administrativas	17	(10.864)	(20.872)	(19.682)
Despesas tributárias		(7.348)	(13.786)	(11.139)
Despesas deprec./amortização		(125)	(243)	(186)
Outras receitas/despesas operacionais	18	(25.025)	(43.296)	(27.944)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		16.689	38.782	34.648
Imposto de renda e contribuição social	19	(6.915)	(14.408)	(11.565)
Provisão para imposto de renda		(4.490)	(9.424)	(7.574)
Provisão para contribuição social		(2.425)	(4.984)	(3.991)
Lucro líquido do semestre/exercícios		9.774	24.374	23.083
Juros sobre capital próprio	12	(2.645)	(5.288)	(4.968)
Quantidade de cotas do capital	14	67.000	67.000	67.000
Lucro líquido por cota R\$		0,15	0,36	0,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.000	2.838	28.407	-	66.245	54.439	120.684
Lucro líquido do período	-	-	-	9.283	9.283	13.800	23.083
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.968)	(4.968)	-	(4.968)
Aumento de capital	32.000	-	(28.335)	-	3.665	-	3.665
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.400)	(36.400)
Reserva de lucros	-	216	-	(216)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	4.099	(4.099)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225	31.839	106.064
Mutações do período	32.000	216	(24.236)	-	7.980	(22.600)	(14.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225	31.839	106.064
Lucro líquido do período	-	-	-	7.813	7.813	16.561	24.374
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.288)	(5.288)	-	(5.288)
Reserva de lucros	-	126	-	(126)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	2.399	(2.399)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	-	76.750	48.400	125.150
Mutações do período	-	126	2.399	-	2.525	16.561	19.086
Saldos em 30 de junho de 2017	67.000	3.218	7.272	-	77.490	40.531	118.021
Lucro líquido do período	-	-	-	1.905	1.905	7.869	9.774
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.645)	(2.645)	-	(2.645)
Reserva de lucros	-	(38)	-	38	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	(702)	702	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	-	76.750	48.400	125.150
Mutações do período	-	(38)	(702)	-	(740)	7.869	7.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. -
Crédito, Financiamento e Investimentos**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017 2º semestre	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período	9.774	24.374	23.083
Ajustes ao lucro líquido			
Juros sobre capital próprio	(2.645)	(5.288)	(4.968)
Depreciação e amortização	119	207	161
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	3.446	2.872	(875)
Despesa de provisão para contingências	564	(709)	1.273
Lucro líquido ajustado	11.258	21.456	18.674
Variações nos ativos e passivos	(17.581)	(33.490)	33.493
Variação em operações de créditos	(16.750)	(21.575)	(1.723)
Variação em despesas antecipadas	295	(287)	2.093
Variação em outros créditos	(323)	(1.585)	16.190
Variação de aplicações interfinanceiras	(4.830)	(21.818)	(17.340)
Variação em recursos e aceites cambiais	63	3.896	23.913
Variação em outras obrigações	10.203	21.249	16.005
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.239)	(13.370)	(5.645)
Caixa proveniente das atividades operacionais	(6.323)	(12.034)	52.167
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo permanente	(73)	(267)	(516)
Baixas de ativo permanente	12	43	30
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(61)	(224)	(486)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	-	-	3.665
Pagamento de dividendos	-	-	(36.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	-	(32.735)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(6.384)	(12.258)	18.946
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	78.711	84.585	65.639
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	72.327	72.327	84.585
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(6.384)	(12.258)	18.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira” ou “Instituição”), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

A HS Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a exploração do ramo de prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil (Bacen) e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013. Foram consolidadas as empresas HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos e a HS Administradora de Consórcio Ltda.

Consequentemente, o nosso relatório sobre estas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, desta forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Financeira como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com a Administradora, somando os saldos de itens de mesma natureza e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Bacen até o momento.

Em 2 de março de 2018, a Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificadas, observando que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H. A reclassificação de uma categoria maior para uma categoria de menor risco deverá obedecer ao critério reverso gradativamente, de acordo com as amortizações das novas parcelas pactuadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

d. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

f. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente:

- De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável, com base no julgamento dos assessores jurídicos sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

h. Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez:

<i>Instituição</i>	Vencimento	2017	2016
<i>Operações Compromissadas/Posição Bancada</i>			
<i>Letra do Tesouro Nacional - LTN</i>	Até 30 dias	29.966	56.381
<i>Depósito Interbancário</i>	Até 1 ano	39.158	17.340
	Total	69.124	73.721

As aplicações interfinanceiras de liquidez são mantidas até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Administradora

As aplicações estão assim demonstradas:

a. Títulos e valores mobiliários

		2017		2016		
	Sem vencimento	A vencer entre 3 e 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Fundos de investimento	4.277		4.277	4.277	4.544	4.544
Letras de câmbio		20.439	20.439	20.439	6.857	6.857
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-fixado)		17.306	17.306	17.306	15.418	15.418
Total	4.277	37.745	42.022	42.022	26.819	26.819

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

As aplicações em cotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da cota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço.

6 Operações de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco, tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2017	2016
<i>Operações de crédito</i>		
Empréstimos	35.094	38.739
Antecipação de recebíveis	6.752	4.942
Financiamentos	97.402	73.992
Outros créditos com características de concessão de crédito	47.037	45.124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Créditos	(15.142)	(12.270)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	(5.681)	(4.360)
Total	165.462	146.167

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Concentração das operações de crédito			
	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	8.581	4,61	6.571	4,04
50 seguintes maiores devedores	3.305	1,77	2.985	1,83
100 seguintes maiores devedores	1.326	0,71	1.187	0,73
Demais devedores	173.073	92,91	152.054	93,40
Total	186.285	100	162.797	100

c. Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Outros	2017	Cartão	Demais	2016
<i>Carteira de crédito</i>								
Vencidos	8.798	690	8.830	6.668	24.986	4.819	15.366	20.185
A vencer								
Até 3 meses	13.911	4.847	45.348	20.210	84.316	19.720	58.485	78.205
De 3 a 12 meses	10.245	978	41.406	17.042	69.671	18.641	41.444	60.085
De 1 a 3 anos	1.854	236	1.819	3.117	7.026	1.942	2.314	4.256
Após 3 anos	286	-	-	-	286	-	66	66
Total da carteira	35.094	6.751	97.403	47.037	186.285	45.122	117.675	162.797
Circulante	32.954	6.515	95.584	43.920	178.973	43.180	115.295	158.475
Realizável a longo prazo	2.140	236	1.819	3.117	7.312	1.942	2.380	4.322

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecida na Resolução nº 2.682/99 do CMN, e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º da Resolução nº 2.682/99 do Bacen.

Níveis	2017			2016		
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito
AA	-	-	-	-	-	-
A	2.241	132.634	675	2.167	123.935	630
B	2.080	9.033	111	1.850	6.069	79
C	4.154	6.336	315	4.345	3.339	231
D	82	4.082	416	11	2.345	236
E	820	3.570	1.317	-	2.260	678
F	1.731	3.453	2.592	30	2.123	1.076
G	2	2.238	1.568	9	2.067	1.453
H	20	13.809	13.829	423	11.824	12.247
Total	11.130	175.155	20.823	8.835	153.962	16.630

e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo inicial	16.630	16.588
Baixas por perdas	(20.044)	(21.319)
Constituição/reversão	24.237	21.361
Saldo final	20.823	16.630

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 montam a R\$ 13.176 mil (R\$ 10.588 mil em 31 de dezembro de 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram recuperados créditos no montante de R\$ 5.524 mil (R\$ 4.269 mil em 31 de dezembro de 2016).

7 Impostos e contribuições a compensar

Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

Tributo	2017	2016
COFINS a compensar	245	245
CSLL a compensar	51	51
IRPJ a compensar	47	47
PIS a compensar	1	1
Total	344	344

8 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Bacen, e as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados.

9 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 115% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2017	2016
A vencer até 3 meses	7.343	3.643
A vencer de 3 a 12 meses	20.154	23.767
A vencer de 1 a 3 anos	70.486	66.677
Total	98.983	94.087
Circulante	27.497	27.410
Exigível a longo prazo	70.486	66.677

10 Outras obrigações diversas

	2017	2016
Diversas		
Sociedades ligadas e coligadas (a)	32.224	31.509
Credores diversos - País (a)	9.739	9.967
Recursos não procurados (b)	2.078	1.945
Fornecedores diversos	1.159	1.195
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	767	740
Saldo remanescente de grupos a pagar (d)	221	88
Total	46.188	45.444
Circulante	43.091	43.781
Exigível a longo prazo	3.097	1.663

- (a) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.
- (b) Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados.
- (c) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.
- (d) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Bacen, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

11 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data-base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. Em 31 de dezembro de 2017, o valor das ações de probabilidade possível soma R\$ 1.112 (R\$ 436 em dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, as ações judiciais com perda provável atualizadas montam os valores de:

Natureza	Provável	
	2017	2016
Trabalhista (*)	403	651
Cível	161	622
Total	564	1.273

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para a qual, de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada desses processos, não mais figurando como requerida destes.

Movimentação da provisão para passivo contingente

	2017	2016
Saldo inicial	1.273	759
Constituição (reversão) de provisão	(709)	514
Saldo final	564	1.273

12 Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.288 mil (R\$ 4.968 mil em 2016), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Bacen.

13 Saldos e transações com partes relacionadas

A seguir, apresentamos um sumário das transações com partes relacionadas:

	Ativos/Passivos		Receitas/Despesas	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos a prazo	16.948	23.810	(2.057)	(2.644)
Herval Corretora de Seguros	317	4.804	(138)	(577)
Ligadas Pessoas Físicas	16.631	19.006	(1.919)	(2.067)
Devedores diversos	1.405	34.235	52.287	51.412
Global Distrib. Bens Consumo	1.405	26.619	52.287	51.412
Herval Indústria de Móveis	-	7.616	-	-
Credores diversos	31.811	31.406	(8.738)	(9.349)
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	24	34	-	-
Herval Indústria de Móveis	41	59	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	31.746	31.313	(8.738)	(9.349)
Sociais e estatutárias	4.859	364	(5.288)	(4.968)
Ligadas pessoas físicas	4.859	364	(5.288)	(4.968)

Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 336 (R\$ 352 no semestre findo em 31 de dezembro de 2016).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital da Financeira é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2016), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

15 Receita de operações de crédito

	2017 2º semestre	2017	2016
Rendas de financiamentos	15.444	29.892	25.841
Rendas de empréstimos de cartão de crédito	6.325	12.677	14.886
Rendas de empréstimos	3.771	8.088	9.140
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	2.862	5.524	4.269
Rendas de títulos descontados	775	1.630	1.545
Total	29.177	57.811	55.681

16 Receita de prestação de serviços

Refere-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras, conforme composição abaixo:

	2017 2º semestre	2017	2016
Receita de Comissão Intermediação Cartão HS Card	718	1.429	896
Rendas de outros serviços	387	704	514
Receita de Comissão Tráfego Rede Externa	357	713	706
Rendas de Serviços Prioritários - PF	276	454	-
Tarifa de Transferência Financeira	119	240	176
Receita de Comissão Intermediação Cartão Assistência	91	199	223
Receita de Comissão Seguros	65	133	202
Total	2.013	3.872	2.717

17 Outras despesas administrativas

	2017 2º semestre	2017	2016
Outras despesas administrativas	2.153	4.092	3.819
Despesa de serviços de terceiros	1.919	3.762	3.028
Despesa de processamento de dados	1.841	3.527	3.747
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.153	2.237	1.862
Despesa de propaganda	992	2.072	1.790
Despesa de comunicações	974	1.752	1.649
Despesa de cobrança	954	2.133	2.160
Despesa de serviços técnicos especializados	294	567	466
Despesas com aluguéis	249	506	478
Despesa de transportes	218	410	329
Despesa de contribuições filantrópicas	125	125	88
Despesa de material	19	37	64
Despesas de água, energia e gás	13	29	32
Despesa de manutenção de conservação de bens	13	33	128
Despesa de publicação	9	39	27
Despesa de viagem no país	4	11	14
Despesa de seguros	-	1	1
Despesas c/contingência civil	(66)	(461)	-
Total	10.864	20.872	19.682

18 Outras receitas e despesas operacionais

	2017 2º semestre	2017	2016
Outras rendas operacionais	165	165	152
Outras receitas operacionais	14	39	4.672
Comissões pagas a terceiros	(24.630)	(42.896)	(32.348)
Outras despesas operacionais	(574)	(604)	(420)
Total	(25.025)	(43.296)	(27.944)

19 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social:

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2º semestre de 2017	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.044	33.494	29.680
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	3.093	3.638	1.968
Diferenças temporárias de provisões	3.938	3.489	456
(-) Exclusões por perdas fiscais	(1.733)	(744)	966
Adições permanentes	888	893	546
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	17.137	37.132	31.648
Imposto de renda	4.244	9.235	7.864
Contribuição social	2.102	4.660	3.991
(-) Deduções por incentivos fiscais	(403)	(459)	(290)
Outras adições	972	972	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.915	14.408	11.565

20 Limite operacional (Acordo Basiléia)

Em 31 de dezembro de 2017, o Conglomerado Prudencial encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basiléia em 34,06%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 9,875% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nºs 3444/07 e 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 2.697/99.

21 Gerenciamento do risco

Os acionistas e os administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter o melhor da Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta *performance* operacional do gerenciamento de riscos, a Financeira, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

- **I - Risco de crédito** - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação.

- **II - Risco de liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Instituição vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais esse risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Instituição.
- **III - Risco de mercado** - A Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral.
- **IV - Risco operacional** - A Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.

Dois Irmãos, 2 de março de 2018

* * *

José Agnelo Seger
Presidente
CPF: 138.285.250-91

Jerri Eduardo Luft
Contador - CRC/RS 79.444
CPF: 000.218.640-39